

MEMORANDO INTERNO N º 22/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio/Cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: FIA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES-MEDICAMENTOS - ARP nº 43/2022

3227
F

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **FIA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES-MEDICAMENTOS** em anexo, sobre o pedido de REEQUILIBRIO/CANCELAMENTO do item nº 14 – ALPRAZOLAN 2 MG COMP.; ITEM 303 – SITAGLITIPINA 25 MG COMP. ; ITEM 336 – VENLAFAXINA 75 MG COMP..

Por fim, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo ao processo.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 25 de abril de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Técnico Administrativo do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Marcel Cardoso - Licitação CIOP

De: Nayara Thome <farmaceutica.fia@gmail.com>
Enviado em: terça-feira, 19 de abril de 2022 11:30
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: SOLICITAÇÃO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO
Anexos: SOLICITAÇÃO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO + NOTAS FISCAIS.pdf

3228
8

Bom dia, tudo bem?

Segue em anexo a Solicitação de Equilíbrio Econômico Financeiro dos itens 14, 303 e 336, referente ao Pregão Eletrônico 01/2022 - Processo Licitatório 01/2022.

Certa de poder contar com vossa colaboração, desde já agradeço.

À disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

--
NAYARA C. THOMÉ
(44) 99166-6320
FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ 40.724.582/0001-73
AVENIDA GUAÍAPÓ, 912
MARINGÁ/PR
FONE/WHATSAPP: (44) 3801 - 1228

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos CIOP
RG: 42.187.855-3
19/04/2022





Razão Social: FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 40.724.582/0001-73 / I.E.: 9087918863
ENDEREÇO: Av. Guaiaipó, 912 – Jardim Campos Elíseos
CIDADE: Maringá – ESTADO: Paraná – CEP: 87043-393
FONE/WHATS: (44) 3801-1228
licitacao@fiamed.com.br – LICITAÇÕES
faturamento@fiamed.com.br – PEDIDOS
financeiro@fiamed.com.br – FINANCEIRO

40.724.582/0001-73

FIA COM. DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA

Av. Guaiaipó, 912
Jd. Campos Elíseos - CEP: 87.043-393
Maringá-PR

3229
B

**AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA (CIOP)
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

PETICIONANTE: **FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022

ABERTURA: 14/01/2022

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

ITEM 14 – ALPRAZOLAM 2MG – COMPRIMIDO.

QUANTIDADE LICITADA: 783.440 COMPRIMIDOS.

SALDO: 759.350 COMPRIMIDOS.

ITEM 303 – SITAGLIPTINA 25MG – COMPRIMIDO.

QUANTIDADE LICITADA: 45.300 COMPRIMIDOS.

SALDO: 45.048 COMPRIMIDOS.

ITEM 336 – VENLAFAXINA 75MG – COMPRIMIDO.

QUANTIDADE LICITADA: 650.760 COMPRIMIDOS.

SALDO: 622.950 COMPRIMIDOS.

FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.724.582/0001-73, I.E. nº 90879188-63, sediada na Avenida Guaiaipó, 912, Jardim Campos Elíseos, CEP 87043-393, Maringá/PR, qualificada no processo licitatório supracitado, vem através deste, formalizar a solicitação de **EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, devido ao desequilíbrio do custo atual de aquisição e o valor da proposta financeira, de acordo com o exposto a seguir.

1. A tempo do processo licitatório, a empresa FIA Com. de Produtos Hospitalares LTDA, apresentou em sua proposta o valor praticado no mercado, para o **ITEM 14 – ALPRAZOLAM 2MG COMPRIMIDO**, que foi licitado a R\$ 0,1370 (mil trezentos e setenta décimos de milésimos de centavos de real), enquanto apresentava o preço de custo a R\$ 0,0950 (novecentos e cinquenta milésimos de centavos de real); **ITEM 303 – SITAGLIPTINA 25MG - COMPRIMIDO**, que foi licitado a R\$ 2,0990 (dois reais, novecentos e noventa décimos de milésimos de centavos de real), enquanto apresentava preço de custo a R\$ 1,5639 (um real, cinco mil seiscentos e trinta e nove décimos de milésimos de centavos de real) e **ITEM 336 – VENLAFAXINA 75 MG - COMPRIMIDO**, que foi licitado a R\$ 0,6990 (seis mil novecentos e noventa décimos de milésimos de centavos de real), enquanto apresentava preço de custo a R\$ 0,4529 (quatro mil quinhentos e



Razão Social: FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 40.724.582/0001-73 / I.E.: 9087918863
ENDEREÇO: Av. Gualapó, 912 – Jardim Campos Elíseos
CIDADE: Maringá – ESTADO: Paraná - CEP: 87043-393
FONE/WHATS: (44) 3801-1228
licitacao@fiamed.com.br – LICITAÇÕES
faturamento@fiamed.com.br – PEDIDOS
financeiro@fiamed.com.br – FINANCEIRO

40.724.582/0001-73

FIA COM. DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA

Av. Gualapó, 912
Jd. Campos Elíseos - CEP: 87.043-393
Maringá-PR

3230
8

vinte e nove décimos de milésimos de centavos de real), conforme comprovantes de aquisição em anexo. Por razões óbvias da finalidade de venda, o preço final licitado foi calculado levando-se em conta os custos com transporte, carga, descarga, encargos trabalhistas, impostos e lucro, ou seja, os parâmetros valor de custo e valor de venda estavam compatíveis com o ofertado, possibilitando a entrega dos produtos e a manutenção do contrato.

2. Diante da grande instabilidade financeira vivenciada atualmente no mercado farmacológico, caracterizada pelo reajuste definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) de 10,89% no valor dos medicamentos, que passou a vigorar em 31 de março de 2022, acordado pela SINDUSFARMA (Sindicato dos Produtos da Indústria Farmacêutica) e Governo Federal, além da dificuldade da importação da matéria-prima (princípios ativos, excipientes, veículos, entre outros), custo elevadíssimo dos mesmos e a desvalorização do real frente ao dólar, acarretando num valor final (preço de custo) excessivamente elevado. Prova disso, que o valor de custo do item 14 que em novembro de 2021 era R\$ 0,0950 atualmente é de R\$ 0,12; o custo do item 303 que em fevereiro de 2022 era de R\$ 1,5639, atualmente é de R\$ 1,8333 e o valor de custo do item 336 que em fevereiro de 2022 era de R\$ 0,4529, atualmente é de R\$ 0,5241, conforme comprovantes de aquisições atuais em anexo. Salienta-se que a tempo do processo licitatório, não era possível, de forma alguma, prever, que ocorreria uma ruptura tão abrupta da linearidade da previsibilidade dos preços dos produtos e que o valor de mercado chegaria aos valores agora praticados.
3. Diante disso, é considerado admissível e conveniente, segundo a Lei 8666/93, artigos 65, II e 57, § 1º, a adequação de equilíbrio econômico financeiro, quando houver comprovação de fato superveniente de caráter econômico, que comprometa a segurança e estabilidade financeira do item proposto, bem como em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

3.1. A cerca desta matéria, Marçal Justen Filho, expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade(...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."(...) "Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando viera a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente ou tornados mais onerosos qualitativamente, a situação inicial estará modificada. (...) Significa que a administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Devendo-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originalmente prevista. Ampliado os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada



Razão Social: FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 40.724.582/0001-73 / I.E.: 9087918863
ENDEREÇO: Av. Guaiaipó, 912 – Jardim Campos Elíseos
CIDADE: Maringá – ESTADO: Paraná – CEP: 87043-393
FONE/WHATS: (44) 3801-1228
licitacao@fiamed.com.br – LICITAÇÕES
faturamento@fiamed.com.br – PEDIDOS
financeiro@fiamed.com.br – FINANCEIRO

40.724.582/0001-73

FIA COM. DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA

Av. Guaiaipó, 912
Jd. Campos Elísios - CEP: 87.043-393
Maringá-PR

no art. 58, §2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeira.

3.2. Sobre isso, a Doutrina Nacional defende:

"... o equilíbrio econômico financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá". Celso Antônio Bandeira de Mello.

3.3. Julgado do Tribunal de Contas da União pertinente ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, registra-se:

"O estabelecimento do critério de reajuste de preços, tanto no edital quanto no contrato, não constitui discricionariedade conferida ao gestor, mas sim verdadeira imposição, ante o disposto nos arts. 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/1993, ainda que a vigência contratual prevista não supere doze meses. Entretanto, eventual ausência de cláusula de reajuste de preços não constitui impedimento ao *reequilíbrio econômico-financeiro* do contrato, sob pena de ofensa à garantia inserta no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como de enriquecimento ilícito do erário e consequente violação ao princípio da boa-fé objetiva. (Acórdão 7184/2018-Segunda Câmara | Relator: AUGUSTO NARDES ÁREA: Contrato Administrativo | TEMA: Formalização do contrato | SUBTEMA: Cláusula obrigatória Outros indexadores: Prazo, Reajuste, *Reequilíbrio econômico-financeiro*; Publicado: Informativo de Licitações e Contratos nº 352 de 04/09/2018; Boletim de Jurisprudência nº 231 de 27/08/2018")

"Equilíbrio econômico-financeiro. Contrato. Teoria da Imprevisão. Alteração Contratual. A ocorrência de variáveis que tornam excessivamente onerosos os encargos do contratado, quando claramente demonstradas, autorizam a alteração do contrato, visando ao restabelecimento inicial do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento na teoria da imprevisão, acolhida pelo Decreto-Lei 2.300/86 e pela atual Lei n.º 8.666/93. (TCU, TC- 500.125/92-9, Min. Bento José Bugarin, 27/10/94, BDA n.º 12/96, Dez/96, p. 834)."

4. A título de comprovação, os documentos em anexo evidenciam a veracidade dos fatos, através das notas fiscais de compra – Entrada dos medicamentos no estoque da FIA – de datas antecedentes e próximas a licitação e data atualizada, demonstrando o valor atual do custo dos itens.
5. Frente ao exposto, evidencia-se que os valores atuais praticados no mercado, inviabilizam o cumprimento do contrato nos termos estabelecidos anteriormente, e que, mantido o parâmetro de preço, haverá um notável enriquecimento sem causa à Administração, que estará locupletando-se às expensas do requerente, recebendo produtos por preços evidentemente inferiores a realidade de mercado e a capacidade de previsibilidade e/ou imprevisibilidade de variação dos custos.
6. Diante do apresentado e conforme o evidenciado na planilha em anexo, seguindo a lógica de manter o mesmo percentual de rentabilidade da época do processo licitatório, levando em consideração o valor praticado no mercado atual, mais o acréscimo dos demais custos (transporte, carga, descarga, impostos, encargos e lucro), geraram os seguintes valores finais de venda:



Razão Social: FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 40.724.582/0001-73 / I.E.: 9087918863
ENDEREÇO: Av. Guaiapó, 912 – Jardim Campos Elíseos
CIDADE: Maringá – ESTADO: Paraná - CEP: 87043-393
FONE/WHATS: (44) 3801-1228
licitacao@fiamed.com.br – LICITAÇÕES
faturamento@fiamed.com.br – PEDIDOS
financeiro@fiamed.com.br - FINANCEIRO

40.724.582/0001-73

FIA COM. DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA

Av. Guaiapó, 912
Jd. Campos Elíseos - CEP: 87.043-393
Maringá-PR

- Item 14: R\$ 0,1728.
- Item 303: R\$ 2,4566.
- Item 336: R\$ 0,8071.

3232
8

Em virtude do exposto, requeremos, que seja por Vossa Senhoria:

- Recebida e processada a presente, da forma de praxe;
- O provimento do presente, com o deferimento do equilíbrio econômico financeiro do item conforme demonstrações documentais anexas, visando a estabilidade do contrato, dando efeito retroativo à data do protocolo deste requerimento.
- Da decisão, seja dada ciência a requerente na prazo de **10 dias a partir desse protocolo.**



Razão Social: FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 40.724.582/0001-73 / I.E.: 9087918863
ENDEREÇO: Av. Guaiaipó, 912 – Jardim Campos Elíseos
CIDADE: Maringá – ESTADO: Paraná - CEP: 87043-393
FONE/WHATS: (44) 3801-1228
licitacao@fiamed.com.br – LICITAÇÕES
faturamento@fiamed.com.br – PEDIDOS
financeiro@fiamed.com.br – FINANCEIRO

40.724.582/0001-73
FIA COM. DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA
Av. Guaiaipó, 912
Jd. Campos Elísios - CEP: 87.043-393
Maringá-PR

3233

Planilha demonstrativa:

ITEM	MEDICAMENTO	PREÇO DE COMPRA ANTERIOR	NOTA FISCAL ANTERIOR	PREÇO REGISTRADO NA LICITAÇÃO	PREÇO/ CUSTO ATUAL	NOTA FISCAL ATUAL	PREÇO DE VENDA ATUAL
14	ALPRAZOLAM 2MG - COMPRIMIDO	R\$ 0,0950	019.117	R\$ 0,1370	R\$ 0,12	021.229	R\$ 0,1728
303	SITAGLIPTINA 25MG - COMPRIMIDO	R\$ 1,5639	002.288	R\$ 2,0990	R\$ 1,8333	433.114	R\$ 2,4566
336	VENLAFAXINA 75MG - COMPRIMIDO	R\$ 0,4529	822.278	R\$ 0,6990	R\$ 0,5241	045.858	R\$ 0,8071

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Maringá/PR, 19 de abril de 2022.

NAYARA
CARDOSO

THOME:046779
29920

Assinado de forma
digital por NAYARA
CARDOSO
THOME:04677929920
Dados: 2022.04.19
10:26:59 -03'00'

FIA COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA



CNPJ 40.724.582/0001-73

Nayara C. Thomé

Representante Legal

CPF: 046.779.299-20

RG: 7.799.968-0 SESP/PR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE  Distribuidora de medicamentos F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME Rua Pedro Soares, 299 - Vila Isabel Pato Branco - PR CEP 85504-317 Fone (46) 2604-0154		DANFE Documento Auxiliar da NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA 1 Nº 000.019.117 SÉRIE: 1 FOLHA: 1/1		 CHAVE DE ACESSO 4121 1128 0936 7800 0185 5500 1000 0191 1713 9330 1111 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora																																					
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDAS DE MERCADORIAS		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141210240547274 01/11/2021 15:52:00		CNPJ 28.093.678/0001-85																																					
DESTINATÁRIO/REMETENTE NOME RAZÃO SOCIAL FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ENDEREÇO AVENIDA GUAIAPO, 912 BAIRRO/DISTRITO JARDIM CAMPOS ELISIOS CEP 87043-393 MUNICÍPIO MARINGÁ FONE/FAX (00)0000-0000 UF PR INSCRIÇÃO ESTADUAL 908.79188-63 DATA DE EMISSÃO 01/11/2021 DATA DE SAÍDA/ENTRADA 01/11/2021 HORA DE SAÍDA 15:51:59																																									
FATURA/DUPPLICATA 001 01/12/2021 R\$ 2.635,00																																									
CÁLCULO DO IMPOSTO <table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td>BASE DE CÁLCULO DO ICMS</td> <td>VALOR DO ICMS</td> <td>BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO</td> <td>VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO</td> <td>VALOR TOTAL DOS PRODUTOS</td> </tr> <tr> <td>2.635,00</td> <td>316,21</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>2.635,00</td> </tr> <tr> <td>VALOR DO FRETE</td> <td>VALOR DO SEGURO</td> <td>DESCONTO</td> <td>OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS</td> <td>VALOR DO IPI</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td>VALOR TOTAL DA NOTA</td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td>2.635,00</td> </tr> </table>						BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	2.635,00	316,21	0,00	0,00	2.635,00	VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					VALOR TOTAL DA NOTA					2.635,00						
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS																																					
2.635,00	316,21	0,00	0,00	2.635,00																																					
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI																																					
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00																																					
				VALOR TOTAL DA NOTA																																					
				2.635,00																																					
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS RAZÃO SOCIAL EXPRESSO SAO MIGUEL LTDA ENDEREÇO AVENIDA DAS AGROINDÚSTRIAS, 1500 BAIRRO/DISTRITO CASCADEL CEP 410.14839-03 MUNICÍPIO CASCADEL UF PR INSCRIÇÃO ESTADUAL 410.14839-03 QUANTIDADE 12 ESPÉCIE VOLUME MARCA CASCADEL FRETE POR CONTA 0-Rem (CIF) CÓDIGO ANTT 00.428.307/0004-30 PLACA DO VEÍCULO 00.428.307/0004-30 PISO BRUTO 410.14839-03 PISO LÍQUIDO 410.14839-03																																									
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO <table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>CÓDIGO PRODUTO</th> <th>DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO</th> <th>NCM/SH</th> <th>CST</th> <th>CFOP</th> <th>UNID.</th> <th>QUANT.</th> <th>VALOR UNITÁRIO</th> <th>VALOR TOTAL</th> <th>BC ICMS</th> <th>VALOR ICMS</th> <th>ALÍQ. ICMS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>723</td> <td>ALPRAZOLAM 2MG C/ 30 CPR C/ 1 EMS cProdANVISA=1023506630204 PMC=0,00 Lote=2L6815 Qtd=3.000 Fab=01/07/2021 Val=31/07/2023 EAN: 7896004718842</td> <td>30049064</td> <td>051</td> <td>5102</td> <td>UN</td> <td>3.000</td> <td>0,095</td> <td>285,00</td> <td>285,00</td> <td>34,20</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>764</td> <td>DEXAMETASONA 4MG C/ 10 CPR C/ 1 EMS cProdANVISA=1023507020434 PMC=0,00 Lote=2K2264 Qtd=10.000 Fab=01/06/2021 Val=30/06/2023 EAN: 7896004712147</td> <td>30043290</td> <td>051</td> <td>5102</td> <td>CPR</td> <td>10.000</td> <td>0,235</td> <td>2.350,00</td> <td>2.350,00</td> <td>282,01</td> <td>18</td> </tr> </tbody> </table>						CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS	723	ALPRAZOLAM 2MG C/ 30 CPR C/ 1 EMS cProdANVISA=1023506630204 PMC=0,00 Lote=2L6815 Qtd=3.000 Fab=01/07/2021 Val=31/07/2023 EAN: 7896004718842	30049064	051	5102	UN	3.000	0,095	285,00	285,00	34,20	18	764	DEXAMETASONA 4MG C/ 10 CPR C/ 1 EMS cProdANVISA=1023507020434 PMC=0,00 Lote=2K2264 Qtd=10.000 Fab=01/06/2021 Val=30/06/2023 EAN: 7896004712147	30043290	051	5102	CPR	10.000	0,235	2.350,00	2.350,00	282,01	18
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS																														
723	ALPRAZOLAM 2MG C/ 30 CPR C/ 1 EMS cProdANVISA=1023506630204 PMC=0,00 Lote=2L6815 Qtd=3.000 Fab=01/07/2021 Val=31/07/2023 EAN: 7896004718842	30049064	051	5102	UN	3.000	0,095	285,00	285,00	34,20	18																														
764	DEXAMETASONA 4MG C/ 10 CPR C/ 1 EMS cProdANVISA=1023507020434 PMC=0,00 Lote=2K2264 Qtd=10.000 Fab=01/06/2021 Val=30/06/2023 EAN: 7896004712147	30043290	051	5102	CPR	10.000	0,235	2.350,00	2.350,00	282,01	18																														

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS	VALOR DO ISSQN
---------------------	--------------------------	------------------------------	----------------

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ISENÇÃO CFE. ITEM 73 - ANEXO V - RICMS PR - Convenio ICMS 87/2002 Pagamento: Banco Sicredi Ag 0737 C/C 93747-9	RESERVADO AO FISCO
---	--------------------

Recebemos de F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, os produtos constantes da nota fiscal indicada ao lado; Data de emissão: 01/11/2021, Valor Total: R\$2.635,00, Destinatário: FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA AVENIDA GUAIAPO, 912 - JARDIM CAMPOS ELISIOS - MARINGÁ/PR

DATA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 000.019.117
SÉRIE: 1

DATA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

EF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
 RUA PEDRO SOARES, 299
 VILA ISABEL - 85504-317
 PATO BRANCO - PR Fone/Fax: 4626040154

DANFE
 Documento Auxiliar da Nota
 Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
 1 - SAÍDA

Nº. 000.021.229
 Série 001
 Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4122 0228 0936 7800 0185 5500 1000 0212 2910 3592 6040

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141220046303323 - 25/02/2022 15:03:27

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDAS DE MERCADORIAS

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ / CPF
9075853448			28.093.678/0001-85

DESTINATÁRIO / REMETENTE

RAZÃO SOCIAL

A COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO

AVENIDA GUAIAPO, 912

CIDADE

MARINGÁ

CNPJ / CPF

40.724.582/0001-73

DATA DA EMISSÃO

25/02/2022

CEP

87043-393

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

25/02/2022

BAIRRO / DISTRITO

JARDIM CAMPOS ELISIOS

UF FONE / FAX

PR

0000000000

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9087918863

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

15:03:25

TURMA / DUPLICATA

1.	001	Num.	002	Num.	003
c.	27/03/2022	Venc.	11/04/2022	Venc.	26/04/2022
if	R\$ 2.575,00	Valor	R\$ 2.575,00	Valor	R\$ 2.575,00

LÍQUIDO DO IMPOSTO

VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUT
7.725,00	927,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.725,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOT.
						0,00	7.725,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

EMPRESA PRESSO SAO MIGUEL LTDA

ENDEREÇO

AVENIDA DAS AGROINDÚSTRIAS, 1500

CIDADE

CASCABEL

ANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
30	VOLUME				

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

ÍTEM	PRODUTO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL	DESC	ICMS	ICMS	IPI	ICMS
2834	ACETILCISTEINA 40MG/ML FR 120ML C/ 1 GEOLAB EAN: 7899095203556 Lote: 2014691 Quant: 96.000 Fab: 01/10/2020 Val: 31/10/2022 PMC: 0.00 pRedBC=0,00%	30049059	051	5102	UN	96,0000	7,7500	744,00	0,00	744,00	89,28		18,00
2834	ACETILCISTEINA 40MG/ML FR 120ML C/ 1 GEOLAB EAN: 7899095203556 Lote: 2106036 Quant: 354.000 Fab: 01/04/2021 Val: 30/04/2023 PMC: 0.00 pRedBC=0,00%	30049059	051	5102	UN	354,0000	7,7500	2.743,50	0,00	2.743,50	329,24		18,00
	ALPRAZOLAM 2MG C/ 30 CPR C/ 1 EMS EAN: 7896004718842 Lote: 2L6815 Quant: 4020.000 Fab: 01/07/2021 Val: 31/07/2023 PMC: 0.00 pRedBC=0,00%	30049064	051	5102	UN	4.020,0000	0,1200	482,40	0,00	482,40	57,89		18,00
3160	CLORIDRATO AMIODARONA 200MG C/ 20 CPR C/ 1 GEOLAB EAN: 7899095200456 Lote: 2016916 Quant: 5000.000 Fab: 01/11/2020 Val: 30/11/2022 PMC: 0.00 pRedBC=0,00%	30049054	051	5102	CPR	5.000,0000	0,3600	1.800,00	0,00	1.800,00	216,01		18,00
2708	PREGABALINA 75MG C/30CPR C/ 1 MEDQUIMICA EAN: 7896862927073 Lote: 013311 Quant: 7980.000 Fab: 01/09/2021 Val: 30/09/2023 PMC: 0.00 pRedBC=0,00%	30049039	051	5102	CPR	7.980,0000	0,2450	1.955,10	0,00	1.955,10	234,62		18,00

DOS ADICIONAIS

FORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: Pagamento: Banco Sicredi Ag 0737 C/C 93747-9
 fisco: ISENCAO CFE. ITEM 73 - ANEXO V - RICMS PR - Convenio ICMS 87/2002

RESERVADO AO FISCO

phlog

PHARM LOG PROD FARM EIRELI

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

CHAVE DE ACESSO

4222 0213 4851 3000 0456 5500 1000 0022 8811 7358 1128

Nº 2288

SÉRIE 1

FL 1/1

R ADRIANO SCHONDERMANK, 23, A - C SILVA

JOINVILLE - SC

CEP: 89.217-400 - Fone: (41) 3072-8000

CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO PORTAL NACIONAL DA NF-E

WWW.NF.FAZENDA.GOV.BR/PORTAL OU NO SITE DA SEFAZ AUTORIZADORA

NATUREZA DA OPERAÇÃO		VENDAS MERC.SEM SUBST.TRIB.		INSCRIÇÃO ESTADUAL		260484539		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO		CNPJ/CPF		13.485.130/0004-56		CNPJ/CPF		40.724.582/0001-73		DATA EMISSÃO		25/02/2022																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
3 - Regime Normal																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
NOME / RAZÃO SOCIAL		FIA COM DE PROD HOSPIT LTDA ME		ENDEREÇO		AV GUAIACO, 912		MUNICÍPIO		MARINA		UF		PR		PAIS		BRASIL		FONE / FAX		(44)3801-1228		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9087918863		CEP		87.043-393		DATA DE ENTRADA / SAÍDA		25/02/2022		HORA ENTRADA / SAÍDA		23-08-42																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS		7.909,42		VALOR DO ICMS		0,00		DESCONTO		0,00		BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		0,00		VALOR DO ICMS		936,09		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		0,00		VALOR DO IPI		0,00		VALOR TOTAL DA NOTA		7.909,42																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
VALOR DO FRETE		0,00		VALOR DO SEGURO		0,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
NOME / RAZÃO SOCIAL		SAO GABRIEL TRANSPORTES PR		ENDEREÇO		ROD BR CENTO E DEZESEIS		QUANTIDADE		18		ESPÉCIE		Caixa		MARCA		LETE		NÚMERAÇÃO		201M 8555486		PESO BRUTO		26,913		VALOR TOTAL		163,00		UF PLACA		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808		UF		PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9075302808</	

NF-e
Nº
000.433.114
Série 002

PHARMA LOG PROD FARM EIRELI
AVENIDA MARINGÁ, 3592
VILA PERNETA - 83326-010
PINHAIS - PR Fone/Fax: 4130728000

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal
Eletrônica
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº. 000.433.114
Série 002
Folha 1/1

CHAVE DE ACESSO
4122 0413 4851 3000 0103 5500 2000 4331 1414 9970 2519
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDAS MERC. SEM SUBST. TRIB.
INSCRIÇÃO ESTADUAL
63853
DESTINATÁRIO / REMETENTE
9063904772
NOME / RAZÃO SOCIAL
FIA COM DE PROD HOSPIT LTDA ME
ENDEREÇO
AV GUAIÁPO, 912
MUNICÍPIO
MARINGÁ

INSCRIÇÃO MUNICIPAL
63853
INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.
9083701711
CNPJ / CPF
40.724.582/0001-73
CEP
11/04/2022
DATA DA EMISSÃO
11/04/2022
DATA DA SAÍDA/ENTRADA
11/04/2022
HORA DA SAÍDA/ENTRADA
23:17:23

FATURA / DUPLICATA
Num.
001
Venc.
18/04/2022
Valor
R\$ 256,66
CÁLCULO DO IMPOSTO
BASE DE CÁLC. DO ICMS
256,66
VALOR DO ICMS
30,80
VALOR DO FRETE
0,00
VALOR DO SEGURO
0,00
DESCONTO
18,79
OUTRAS DESPESAS
0,00
VALOR DO ICMS SUBST.
0,00
V. IMP. IMPORTAÇÃO
0,00
V. FCP UF DEST.
0,00
V. ICMS UF REMET.
0,00
V. ICMS UF DEST.
0,00
V. TOT. TRIB.
0,00
VALOR DO PIS
0,00
VALOR DA COFINS
0,00
V. TOTAL PRODUTOS
275,45
V. TOTAL DA NOTA
256,66

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS
NOME / RAZÃO SOCIAL
SAO GABRIEL TRANSPORTES PR
ENDEREÇO
ROD BR CENTO E DEZESEIS
QUANTIDADE
1
ESPECIE
Caixa
FRETE
0-Por conta do Rem
CÓDIGO ANTI
MUNICÍPIO
CURITIBA
PLACA DO VEÍCULO
UF
PR
INSCRIÇÃO ESTADUAL
9075302808
PESO BRUTO
201M 1692208
PESO LÍQUIDO
0,085

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	OUCST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ IPI
920355	JANUVIA 25MG 28CPR REV - SITAGLIPITINA DescA:0.00 DescI:0.00 %Repass:6.82 - L POSITIVO Lote: U036811 Quant: 5.000 Fab: 30/06/2021 Val: 30/06/2023 PMC: 76.16	30049069	051	5102	CX	5,0000	55,0900	275,45	18,79	256,66	30,80		

DADOS ADICIONAIS
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Inf. Contribuinte: \n** PARCELAS: (- 18/04/22 - R\$256,66) *** / *** VENC LICENÇA SANITARIA:
25/06/2023 *** / *** ORIGEM: Internet *** / *** BOLETO: SIM \n**** PEDIDO ANB: 2536129 *** / ***
PICKING: 1692208 *** / *** PEDIDO CLIENTE: *** / *** CLIENTE: 429775 *** / *** ROTA: 201M \n****
RECLAMACOES SOMENTE SERAO ACEITAS EM ATE 03 (TRES) DIAS UTEIS APOS A EMISSAO DA
NOTA FISCAL \n**** COMUNICADO IMPORTANTE: ANTES DE ASSINAR O COMPROVANTE DE
ENTREGA (ROMANEIO), CONFERIR A QUANTIDADE DE VOLUMES. \n**** \n**** HAVENDO
DIVERGENCIA, EFETUAR RESSALVA NO ROMANEIO E LIGAR NO SAC DA PHARMIA LOG (0800 601
3338)\n***** \n Email do Destinatário: farmaceutica.fia@gmail.com
Inf. fisco: /lens Parc. Dif. Conf. Art.28, Inc. I do RICMS/PR 15.40\n
NUM. PEDIDO: 2536129

3237
B

FA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

Nº-e

Nº. 000.822.278

Série 002

32393238

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS F.PRN
RODV CONTORNO LESTE BR-116, 8819 - MODULOS 9 AO 14
COSTEIRA - 83015-162
SAO JOSE DOS PINHAIS - PR Fone/Fax:

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.822.278
Série 002
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4122 0292 6656 1105 1162 5500 2000 8222 7814 7611 1080

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

TUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE MERCADORIA

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141220046709035 - 25/02/2022 21:50:32

CRIÇÃO ESTADUAL

9084546426

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

92.665.611/0511-62

STINATÁRIO / REMETENTE

VE / RAZÃO SOCIAL

A COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

EREÇO

GUAIAPÓ, 912

NÍCIO

ARINGA

CNPJ / CPF

40.724.582/0001-73

DATA DA EMISSÃO

25/02/2022

CEP

87043-393

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

25/02/2022

BAIRRO / DISTRITO

JARDIM CAMPOS ELISIOS

UF

PR

FONE / FAX

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9087918863

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

22:30:00

TURA / DUPLICATA

1. 001
C. 04/03/2022
IF R\$ 7.017,89

LC DO IMPOSTO

DE VALOR DO ICMS

7.017,89

VALOR DO ICMS

842,19

BASE DE CÁLC. ICMS S.T.

0,00

VALOR DO ICMS SUBST.

0,00

V. IMP. IMPORTAÇÃO

0,00

V. ICMS UF REMET.

0,00

V. FCP UF DEST.

0,00

VALOR DO PIS

0,00

V. TOTAL PRODUT

26.432,

OR DO FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

0,00

DESCONTO

19.414,63

OUTRAS DESPESAS

0,00

VALOR TOTAL IPI

0,00

V. ICMS UF DEST.

0,00

V. TOT. TRIB.

0,00

VALOR DA COFINS

0,00

V. TOTAL DA NOT,

7.017,

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

VE / RAZÃO SOCIAL

GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME - TRANSLOG

EREÇO

DD BR-285 0 S/N - KM 296 PAVILHAO 04 BLOCO A

ANTIDADE

1

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

FRETE

0- Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

AUU8720

UF

PR

CNPJ / CPF

15.488.297/0013-97

MUNICÍPIO

PASSO FUNDO

UF

RS

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0910362190

12,670

12,6

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	AI
934200	CLOR. VENLAFAXINA 75MG 30CAP MEDLGEN CI C1 M M I G D: 77+6,82% Lote: CKP00483 Quant: 400.000 Fab: 01/12/2021 Val: 01/11/2023 PMC: 87.65 pRedBC=0,00%	30049039	551	5102	CX	400,0000	59,0800	23.632,00	18.196,64	5.435,36	652,27		18,00	
115951	FORLUT 50MG 30CP C1 M M I D: 24,5+6,82% Lote: 1063410 Quant: 16.000 Fab: 01/07/2021 Val: 01/07/2023 PMC: 46.55 pRedBC=0,00%	30049069	551	5102	CX	16,0000	31,3700	501,92	122,97	378,95	45,48		18,00	
106414	HEM. ZOLPIDEM 5MG 30 CP NEOQ GEN B1 B1 M M I G D: 56,01+6,82% Lote: 012219 Quant: 40.000 Fab: 01/09/2020 Val: 01/08/2023 PMC: 72.16 pRedBC=0,00%	30049069	251	5102	CX	40,0000	48,6400	1.945,60	1.089,73	855,87	102,71		18,00	
99333	URBANIL 10MG 20 CP B1 B1 M M I D: 1,5+6,82% Lote: BRA07409 Quant: 15.000 Fab: 01/10/2021 Val: 01/09/2023 PMC: 15.97 pRedBC=0,00%	30049069	551	5102	CX	15,0000	10,7600	161,40	2,42	158,98	19,08		18,00	
99341	URBANIL 20MG 20 CP B1 B1 M M I D: 1,5+6,82% Lote: BRA07405 Quant: 10.000 Fab: 01/10/2021 Val: 01/09/2023 PMC: 28.42 pRedBC=0,00%	30049069	051	5102	CX	10,0000	19,1600	191,60	2,87	188,73	22,65		18,00	

DOS ADICIONAIS

ORMAÇÕES COMPLEMENTARES

. Contribuinte: NOTA FISCAL COM BARBITURICOS
GENDA INF.ADIC.IT: M-MEDICAMENTO/P-PERFUMARIA
LIBERADO/M-MONITORADO
STA I-POSITIVA/F-NEGATIVA/N-NEUTRA
GENERICO/S-SIMILAR/C-CESTA BASICA MED
. fisco: BC REDUZIDA CFE DECRETO 953/15
PASSE: 1934,53
IENTE: 138693113
NA: AT13PR

RESERVADO AO FISCO

FA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS F.PRN
RODV CONTORNO LESTE BR-116, 8819 - MODULOS 9 AO 14
COSTEIRA - 83015-162
SAO JOSE DOS PINHAIS - PR Fone/Fax: 5134819500

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.045.858
Série 003
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4122 0492 6656 1105 1162 5500 3000 0458 5818 1374 1842

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

TURMA DA OPERAÇÃO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141220079930519 - 05/04/2022 23:42:31

VENDA DE MERCADORIA

CRICÇÃO ESTADUAL

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

9084546426

92.665.611/0511-62

DESTINATÁRIO / REMETENTE

ME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ / CPF

DATA DA EMISSÃO

A COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

40.724.582/0001-73

05/04/2022

ENDEREÇO

BAIRRO / DISTRITO

CEP

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

✓ **GUAIAPO, 912**

JARDIM CAMPOS ELISIOS

87043-393

06/04/2022

NÍCIO

UF FONE / FAX

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

ARINGA

PR

9087918863

01:15:00

TURA / DUPLICATA

1. 001
c. 12/04/2022
R\$ 13.096,76

LIQUIDADO DO IMPOSTO

E DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUT
13.096,76	1.571,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.569,
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOT.
0,00	0,00	41.473,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.096,

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

ME / RAZÃO SOCIAL

FRETE
0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO
AUU8720

UF

CNPJ / CPF

GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME - TRANSLOG

PR

15.488.297/0013-97

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

DD BR-285 0 S/N - KM 296 PAVILHAO 04 BLOCO A

PASSO FUNDO

RS

0910362190

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

1

23,324

23,3

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ ICMS	ALÍQ IPI
934200	CLOR.VENLAFAXINA 75MG 30CAP MEDLGEN CI C1 M M I G D:76+6,82% Lote: CKP01602 Quant: 832.000 Fab: 01/02/2022 Val: 01/01/2024 Lote: BKP01171 Quant: 1.000 Fab: 01/02/2021 Val: 01/01/2023 PMC: 97.20 pRedBC=0,00%	30049039	551	5102	CX	833,0000	65,5100	54.569,83	1.473,07	13.096,76	1.571,69		18,00	

DOS ADICIONAIS

FORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: NOTA FISCAL COM BARBITURICOS
GENDA INF.ADIC.IT: M-MEDICAMENTO/P-PERFUMARIA
LIBERADO/M-MONITORADO
SITA I-POSITIVA/F-NEGATIVA/N-NEUTRA
GENÉRICO/S-SIMILAR/C-CESTA BASICA MED
fisco: BC REDUZIDA CFE DECRETO 953/15
PASSE: 3993,79
IDENTIFICANTE: 138693113
NÃO: AT13PR

RESERVADO AO FISCO



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CUMULADO COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO DOS ITENS: 14 - ALPRAZOLAN 2MG COMP.; 303 - SITAGLITIPINA 25MG COMP.; 336 - VENLAFAXINA 75MG COMP.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item dos itens 14 - ALPRAZOLAN 2MG COMP.; 303 - SITAGLITIPINA 25MG COMP.; 336 - VENLAFAXINA 75MG COMP., cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item supra descrito, cuja licitante que se sagrou vencedora foi a empresa FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, registrados na ata do Pregão Eletrônico nº 01/2022, com solicitação juntada às fls. 3227/3239, sob a justificativa de que: "os valores atuais praticados no mercado, inviabilizam o cumprimento do contrato nos termos estabelecidos anteriormente".

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3299

B

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado ou do cancelamento do referido item, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA solicita o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 14 – ALPRAZOLAN 2MG COMP.; 303 – SITAGLITIPINA 25MG COMP.; 336 – VENLAFAXINA 75MG COMP., cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do referido item, que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um aumento imprevisível, ou, no máximo, previsível de consequências incalculáveis, dos preços do item em tela sendo necessária a recomposição ou cancelamento deste para a manutenção da empresa.

Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 3227/3239.

Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço do item em tela sendo necessário, portanto, a sua recomposição, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o

f
B
B



prazo de até 01 (um) ano de validade do certame. Assim variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorram, devendo estes serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado.

Deste modo, variações no preço dos itens, é esperado que ocorram. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Importante também apontar que a pandemia do COVID-19 se iniciou no final de 2019, sendo que em fevereiro de 2020 a União publicou a Lei nº 13.979/2020 estabelecendo as diretrizes gerais para o enfrentamento do surto. Sendo que 11 de março¹ a OMS declarou instaurada a pandemia.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação econômica eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável,

¹ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml> Acesso em 13 de julho de 2020

por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio.

Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, itens que deveriam ser precificados na decisão da participação da oferta pública exarada, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Quanto ao Parecer nº 261/2020 exarado pela d. Advocacia Geral da União, citado pela requerente para embasar o seu pedido, verifica-se que este não pode ser utilizado ao caso em tela. Como se pode depreender do texto:

72. O que importa, ao menos no âmbito desta consulta em tese, é reconhecer que o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consistiu claramente num evento da natureza (mutação e rápida disseminação de um vírus com taxa de letalidade relativamente alta), sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos concessionários quando da apresentação de suas

propostas nos respectivos leilões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados. Por conseguinte, parece-me muito claro que a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) é evento que caracteriza "álea extraordinária", capaz de justificar a aplicação da teoria da imprevisão.

73. Porém, é importante ressaltar que esse reconhecimento em tese não significa necessariamente que os contratos de concessão deverão ser reequilibrados. Primeiro porque é possível que algum contrato tenha estabelecido uma alocação de riscos diferente da divisão tradicional entre riscos ordinários e extraordinários. Segundo, porque é necessário avaliar se a pandemia teve efetivo impacto sobre as receitas ou despesas do concessionário. É possível que, em determinados casos, não tenha ocorrido impacto significativo. Esses elementos deverão ser devidamente examinados para que se possa concluir se um determinado contrato deve ser reequilibrado.

Do mesmo modo que é importante apontar que se trata de uma consulta acerca de contratos de concessão realizados pelo Poder Público sendo esta modalidade diferente em relação ao sistema de registro de preço possuindo dinâmicas que não podem ser aplicadas entre estas.

Como o processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instaurada globalmente e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro necessita de uma justificativa extremamente fundamentada.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3303
8

incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

Desta forma, apesar de estar instaurada a pandemia do COVID-19, há a tendência da manutenção do entendimento do Tribunal de Contas, que se aduz a seguinte jurisprudência:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na



3304
8

equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes".
(TC-1403/002/04 - Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 - Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

[Handwritten signature]



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3305
#

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Ato Contínuo, passa-se à análise do pedido subsidiário de cancelamento dos itens 14 - ALPRAZOLAN 2MG COMP.; 303 - SITAGLITIPINA 25MG COMP.; 336 - VENLAFAXINA 75MG COMP., cuja empresa supra referida sagrou-se vencedora, sob a justificativa de que: "os valores atuais praticados no mercado, inviabilizam o cumprimento do contrato nos termos estabelecidos anteriormente".

Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

Como acima mencionado, o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Tem-se em vista que o objetivo desse sistema é registrar os preços e evitar que a Administração Pública tenha que realizar novas licitações ou proceder novas contratações, valendo-se, pelo prazo de até 01 (um) ano, dos preços registrados. Assim variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorra, devendo estes serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado.

Deste modo há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está "enriquecendo sem causa", pois se trata de

BRX



um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

Desta forma, o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Inclusive, está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela, nos termos do Processo n.º 1135-989-21 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, acima transcritos.

De tal modo, para cancelar os itens é necessário demonstrar de modo acentuado fato do príncipe; fato da Administração; fato superveniente imprevisível; ou, fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Deve o Requerente juntar documentação que ateste a situação de forma incontestável, constituindo fato com consequências incalculáveis, que não eram passíveis de previsão pelo gestor médio quando da vinculação contratual, também devendo ocasionar um rompimento severo do equilíbrio econômico-financeiro, não bastando que o contrato se torne oneroso a uma das partes.

Como o processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instaurada globalmente e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, a liberação da ata necessita de uma justificativa extremamente fundamentada, não se vislumbrando qualquer motivo plausível para considerar a proposta do cancelamento dos itens

É necessária uma razão factual e não um aumento de preço de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não as causas.

8/12



Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o

[Handwritten signature]



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3308
B

item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha.

3308
B



Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa supra referida sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa FIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Da mesma forma, pelo indeferimento do pedido subsidiário de cancelamento do item, sob pena de aplicação das referidas sanções, no caso de descumprimento;

[Handwritten signature]



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

33.10
b

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 29 de abril de 2022.

Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico

Elton RC Garcez

Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico

Julio Cesar Graton Pagnosi
Julio Cesar Graton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 39/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio/Cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: FIA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES-MEDICAMENTOS - ARP nº 43/2022

Após pedido de reequilíbrio econômico financeiro e/ou cancelamento às fls. 3.229/3.239 sobre o item nº 14 – ALPRAZOLAN 2 MG COMP.; ITEM 303 – SITAGLITIPINA 25 MG COMP.; ITEM 336 – VENLAFAXINA 75 MG COMP. - encaminho o Parecer Jurídico às fls. 3.298/3.310, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 03 de maio de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio/Cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: FIA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES-MEDICAMENTOS - ARP nº 43/2022

Trata-se, em síntese, às fls. 3.229/3.239, solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, e alternativamente o seu cancelamento, do ITEM 14 – ALPRAZOLAN 2 MG COMP.; ITEM 303 – SITAGLITIPINA 25 MG COMP. ; ITEM 336 – VENLAFAXINA 75 MG COMP., registrado na Ata de Registro de Preços nº 26/2022, alegando, em síntese, o aumento de preço do fármaco no período de vigência da Ata.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.298/3.310, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **FIA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES-MEDICAMENTOS – CNPJ nº 40.724.582/0001-73, ARP Nº 43/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 03 de maio de 2022



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico de Item. ARP nº 43/2022. Pregão Eletrônico nº 01/2022. Interessada: FIA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES-MEDICAMENTOS - CNPJ nº 40.724.582/0001-73, ARP Nº 43/2022. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico e/ou cancelamento do medicamento ITEM 14 - ALPRAZOLAN 2 MG COMP.; ITEM 303 - SITAGLITIPINA 25 MG COMP. ; ITEM 336 - VENLAFAXINA 75 MG COMP, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 03 de maio de 2022.

